



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

REQUERIMENTO Nº DE 2024

(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para discutir os obstáculos para a punição efetiva dos casos de assédio sexual.

Senhora Presidenta,

Nos termos dos Art. 24, Inciso III, combinado com o Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Colegiado desta Comissão, a realização de audiência pública para discutir os obstáculos para a punição efetiva dos casos de assédio sexual.

Para o referido debate solicitamos que sejam convidados (as) as representantes dos seguintes órgãos e entidades:

1. Mayra Cotta - advogada especialista em gênero
2. Cristiane Damasceno - Presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada
3. Marie Santini - Diretora do NetLab/UFRJ

JUSTIFICAÇÃO

A denúncia de casos de assédio sexual por mulheres ainda enfrenta uma série de obstáculos profundamente enraizados em questões estruturais. A falta de comprometimento e seriedade por parte de empresas e instituições em combater ativamente essa prática perpetua um ambiente propício para sua ocorrência. A manipulação do sistema legal para prejudicar a vítima ou suas advogadas é outra forma pela qual os agressores buscam se elidir da responsabilidade. A falta de legislação adequada é complementada pela ativação de redes misóginas online que protegem agressores e perseguem vítimas que decidem denunciar. Essas redes, muitas vezes impulsionadas por discursos de ódio e desinformação, podem desacreditar publicamente as vítimas, amplificar a narrativa dos agressores e até mesmo incitar ameaças e ataques virtuais contra aqueles que têm a





CÂMARA DOS DEPUTADOS

coragem de se manifestar. É crucial reconhecer que mudanças estruturais são essenciais para romper com esse ciclo de impunidade e silenciamento. É fundamental que haja uma legislação mais rigorosa e eficaz para proteger as vítimas de assédio sexual e responsabilizar os agressores. Além de reformas legislativas e compromissos sérios das instituições, é crucial uma resposta proativa para lidar com o uso nocivo das redes sociais. Isso inclui a implementação de políticas de moderação mais eficazes e o desenvolvimento de estratégias para combater a disseminação de discursos misóginos e ódio online. Ainda, as empresas e instituições devem assumir um compromisso sério em criar ambientes de trabalho seguros e livres de assédio, implementando políticas e procedimentos claros para lidar com denúncias. Somente com mudanças profundas em nível estrutural poderemos aspirar a uma sociedade onde seja possível denunciar e punir de forma eficaz os casos de assédio sexual.

Por essas razões, solicitamos o apoio das nobres colegas na aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em de abril de 2024.

Deputada ERIKA KOKAY – PT/DF

